

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso

24 de outubro de 2011. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e cientista político. Professor emérito da Universidade de São Paulo, com passagem por várias universidades e instituições estrangeiras. Ingressou na carreira política como senador da República (1983 a 1992), atuou como ministro das Relações Exteriores (1992) e ministro da Fazenda (1993 e 1994) e como presidente da República em dois mandatos (1995 a 1998; 1999 a 2002). Atualmente, é integrante vitalício do Conselho Curador da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e participa de diversas organizações internacionais. Entrevistadores: Angela Randolpho Paiva, Ricardo Ismael, Santuza Cambraia Naves e Clara Lugão.

Santuza Cambraia Naves: Como o senhor prefere ser chamado: presidente ou professor?

Fernando Henrique Cardoso: Professor. Presidente às vezes atrapalha.

S. Naves: O tratamento de professor condiz com o intuito dessa entrevista, que é o de enfatizar a sua trajetória intelectual. Mas a pergunta inicial é sobre o seu despertar para a carreira de cientista social. Inspirei-me em um verso do Caetano Veloso na música “Livros”, do CD *Livro*, em que ele fala: “Tropeçavas nos astros desastrada/ Quase não tínhamos livros em casa/ e a cidade não tinha livrarias.” No seu caso, parece que foi o oposto, pois houve ambiente intelectual em casa.

Fernando Henrique Cardoso: Houve. Meu pai era uma pessoa bastante lida. Lá em casa sempre houve um ambiente favorável à leitura. Meu pai era militar, mas também era advogado; e era muito curioso, lia bastante literatura. Então, ele sempre teve um pouco de acesso simultâneo à vida política, porque a família do meu pai era muito ligada à política, desde o meu bisavô, quem sabe até antes, desde o século XIX. Então, havia muito essa conversa política, mas meu pai, também, tinha um viés mais literário, escrevia nos jornais. Na época dele era o domínio do Positivismo. Então, havia um ambiente que não era alheio à cultura e à música. Só que, naquela época, música era ópera, que eles gostavam. Eu mesmo, desde menino, aqui no Rio, ia ao Teatro Municipal com a minha avó. Naquele tempo, eles faziam de conta que havia inverno aqui e iam de casaco de pele na época da temporada de ópera. Enfim, então eu tive um ambiente que não era como o do Caetano. Você vê como o ambiente, às vezes, atrapalha, porque o Caetano foi muito melhor do que eu.

Angela Randolpho Paiva: Mas, o que o levou às ciências sociais?

FHC: Na verdade eu fui para o socialismo e não para as ciências sociais. Queria mudar o mundo, modificar as coisas. Era uma época em que eu estava muito interessado nisso.

Foi quase uma coisa meio fortuita, porque eu fiz exame para a Faculdade de Direito e fui reprovado em Latim. Fiz para Direito e Ciências Sociais. Fui para as Ciências Sociais, porque eu estava com uns amigos meus em uma estação de águas de São Paulo chamada Lindoia e havia uma pessoa que era famosa, chamava-se Nuno Fidelino Figueiredo. Era um grande professor de literatura portuguesa exilado no Brasil. Eu então queria muito ver o que ele ficava lendo na varanda e ele fez aquele jogo de não me deixar ver o que estava lendo. Nessa época, eu estava muito envolvido com a literatura. Nós tínhamos uma revista chamada *Revista dos Novíssimos*, com Boris Fausto, Décio Pignatari, Haroldo de Campos, Augusto de Campos. Então, eu estava mais interessado em literatura do que em outra coisa. No final, o professor Fidelino me chamou e disse: “Olha, você está muito curioso em saber o que eu estou lendo?”. Eu fiquei muito decepcionado, porque ele não se interessava pelos poetas de que eu gostava. Ele estava lendo os clássicos e nós estávamos com a geração de 45 de poesia em São Paulo. E ele me disse “Por que você não passa lá no meu gabinete para conversar?”. E eu fui. Ele era professor da Faculdade de Filosofia. Nessa época, a Faculdade de Filosofia funcionava onde hoje é a Secretaria de Educação, a Escola Caetano de Campos, que é no centro de São Paulo, na Praça da República. Havia uma avenida grande, São Luís, onde havia algumas casas antigas, que eram da Faculdade também, e o Fidelino ficava numa dessas. Ele conversou muito comigo e disse: “Você deveria ir para as Ciências Sociais”. Como eu tinha um professor de geografia, no curso secundário, que havia sido aluno dos grandes geógrafos franceses, a geografia humana daquela época, e ele me falava muito da Faculdade de Filosofia, eu fiz vestibular e entrei também para a Filosofia, e disse: “Vou ver se eu gosto disso aqui”. Desisti de fazer outro vestibular para Direito e gostei. Mas eu fui, na verdade, para saber sobre o socialismo, para ver como mudava o país. E quando cheguei lá, não havia nada disso, porque, naquele tempo, o ideal da Faculdade de Filosofia da USP era fazer, realmente, uma universidade, tomando como padrão a universidade europeia. Ainda era uma época em que a influência dos franceses nas ciências humanas era muito grande.

A. Paiva: O Roger Bastide ainda estava lá?

FHC: É. O Bastide era professor lá. Eu fui aluno dele, depois fui assistente dele. Mas havia vários outros lá. No segundo ano da Faculdade todos os cursos eram dados em francês. Mesmo o Bastide nunca deu aula em português.

Ricardo Ismael: Mas esse seu gosto pelo viés político, de tentar descobrir o que era socialismo, vinha da onde? Era do contexto histórico?

FHC: Do contexto histórico. Era da época de meu pai também. Meu pai foi tenente em 22, 24. Meu avô participou da causa republicana e da abolição. Então, lá em casa sempre houve, digamos, uma política progressista.

S. Naves: O senhor disse algo a respeito no seu primeiro discurso de posse: “Essa chama

eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do ‘petróleo é nosso’, como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano.”

FHC: Exatamente. E o pai do meu avô era chefe do Partido Conservador de Goiás e foi senador e governador de Goiás. Mas meu avô já não era mais assim e meu pai também não. Então, nós tínhamos uma visão de que era necessário mudar as coisas, a pobreza no Brasil, era isso o que realmente motivava. Na Faculdade, nessa época, o grande inspirador de todos nós era o Florestan Fernandes. O Florestan era uns 12 anos mais velho que eu. Eu entrei na Faculdade com 17 anos e ele devia ter 28 para 30 anos. Só que ele havia feito a tese de mestrado chamada “A organização social dos Tupinambá”; depois ele fez uma outra que se chamava “A função social da guerra entre os Tupinambá” e estava interessado na aplicação do chamado “método funcionalista”. E era difícil compatibilizar a vocação de mudança da sociedade com o estudo dos Tupinambá; era um pouco desconcertante, digamos assim. Ele era um homem muito enérgico, enérgico não no sentido de grosseiro, mas tinha vitalidade e acreditava na sociologia como ciência.

A. Paiva: É. Os livros dele são todos muito rígidos.

FHC: Nessa época, ele não falava de marxismo. Marxismo foi muito depois, quando ele já era catedrático. Ele defendia o método funcionalista de análise. Só que, mais tarde, ele escreveu outro livro chamado *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica*. “Empíricos” é curioso, não é? Eram os fundamentos da explicação, não eram empíricos, mas teóricos. É que ele tinha uma paixão pela pesquisa. Então, nesse livro ele fez um altar para cada santo – Durkheim, Weber e Marx – e veio com a história de que, dependendo da natureza do problema, você escolheria um método ou outro. Mas, na época em que eu estudei com ele, o método que ele estudava era o funcionalista, e nós tínhamos que ler [Robert King] Merton, Talcott Parsons, esses autores todos. Na época, a Faculdade não era de Sociologia, era de Ciências Sociais. Então nós tínhamos também antropologia, bastante. Se você lê a tese do Antonio Candido chamada *Os parceiros do Rio Bonito*, você vê o quanto dominava a antropologia: Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, Os Nuer, aquela coisa toda.

S. Naves: A antropologia social inglesa, não é?

FHC: Basicamente a antropologia social inglesa, não havia Lévi-Strauss. Lévi-Strauss foi professor da USP, mas foi antes. A minha mulher, Ruth foi aluna dele na França e foi muito influenciada por ele, mas já nos anos 70/80. Essa época a que eu estou me referindo é o começo dos anos 50, 1951 e 1952. Basicamente era a antropologia inglesa que dominava e o professor da cátedra chamava-se Emilio Willems, que era alemão e sabia muito fazer pesquisa. Ele escreveu sobre os alemães em Santa Catarina, depois foi professor nos Estados Unidos durante muitos anos, acho que na Vanderbilt University (Nashville). E nós tínhamos muita antropologia física também; o professor chamava-se Egon Schaden, era

alemão também. Bom, nós tínhamos antropologia. Depois, tínhamos economia. Economia, no início, para mim, foi complicado: noção de valor, etc. O professor era um francês chamado Paul Hugon, que escreveu um livro que era a base, na época, da história das doutrinas econômicas. O Hugon era professor de economia na Faculdade de Direito de Lyon. Naquela época, não havia economia como uma disciplina à parte, então, a economia que ele nos passava era desse tipo e a gente lia muitos autores. E o Florestan também foi muito ligado a algum tipo de leitura de economia, por exemplo, François Simiand, com *Le Salaire, l'évolution sociale et la monnaie, essai de théorie expérimental du salaire* [Alcan 1932], e nós tínhamos que ler aqueles volumes todos. Depois, tinha o Antonio Candido. O Florestan e o Antonio Candido eram assistentes do Fernando de Azevedo. Havia duas cadeiras de sociologia: uma era do Fernando de Azevedo e se chamava “Sociologia I”, e havia a “Sociologia II”, cujo titular era o Roger Bastide. O Antonio Candido e o Florestan, nessa época em que eu entrei, eram assistentes do Fernando de Azevedo. O Antonio Candido era o primeiro assistente e o Florestan era o segundo assistente. O Antonio Candido deu um curso sobre Weber. O Florestan falava também muito de Weber, mas eu não entendia nada. Com o Antonio Candido dava para entender. E Florestan era muito rigoroso, tinha uma enorme bibliografia. Mas, no final, os livros mais próximos daquilo que eu queria entender eram os de Karl Mannheim, porque ele falava sobre planejamento, liberdade, democracia.

A. Paiva: E ideologia, não é?

FHC: É, ideologia, utopia... Assim, dava para fazer alguma ligação com o curso de Ciências Sociais. O primeiro trabalho que eu escrevi na Faculdade foi sobre Parmênides, porque nós tínhamos também filosofia. O professor era assistente, chamava-se Cunha Andrade. Era muito divertido, era comunista. Mas ele dava pré-socráticos e fazia os pré-socráticos dizerem alguma coisa para nós. Depois, havia um outro que deu filosofia no segundo ano, chamava-se Martial Gueroult. Esse era professor do Collège de France; chegou aqui e continuou, como se nós não tivéssemos nada com isso, um curso sobre Kant que ele havia iniciado no ano anterior. A bibliografia era em alemão e eu não entendi nada, nem do Kant, nem de alemão. Havia um assistente dele que explicava um pouco melhor o que ele queria dizer com o Kant. E nós líamos muito Descartes, isso deu para entender. E tínhamos matemática, além do mais. Nós tínhamos licença para ensinar matemática no curso secundário, matemática e estatística. Eu era muito ruim em matemática e a Ruth era muito boa. Eu nunca consegui entender “integral”, desenvolver uma integral. Era complicadíssimo. Equações de segundo grau, tudo bem, mas integral era muito difícil para mim. Depois, estatística, método. Eles davam estatística da maneira abstrata, nós tínhamos que deduzir a equação que dá a possibilidade para você pensar em termos de probabilidade. É um negócio difícilíssimo, imenso, cheio de números e que não serve para nada. Não nos ensinávamos, propriamente, a usar o instrumental estatístico. Então, essa era a formação da época.

S. Naves: O senhor se refere aos anos 50, não é?

FHC: Anos 50.

A. Paiva: Qual foi a influência do estudo das relações raciais nessa época?

FHC: Isso veio depois, no final do curso. Eu era aluno ainda e o Florestan, que era de fato o promotor de tudo ali, queria fazer de São Paulo o equivalente do que os sociólogos americanos fizeram de Chicago, com os estudos urbanos. Mas não se encontrava quem financiasse. O Brasil era muito tosco em tudo isso. O Florestan tinha tido uma formação um pouco diferente dessa a que eu me refiro aqui, porque ele fez também um outro curso na Escola Livre de Sociologia e Política, que não era da USP. Lá havia uma influência americana mais forte. O Donald Pierson e o Radcliffe-Brown foram professores lá, e o Florestan aprendeu muito. Ele resolveu usar a pesquisa de relações raciais para entender São Paulo. A pesquisa foi a UNESCO que propôs, naquela época, ao Roger Bastide. O diretor da UNESCO, um sociólogo francês que era doutor na área social, veio ao Brasil e propôs que nós estudássemos as relações entre negros e brancos porque havia a ideia de existir uma democracia racial aqui. O Lévi-Strauss havia escrito o panfleto “O que é raça”, que orientou muito o tema, e a UNESCO fez várias pesquisas a partir desse texto. E como estávamos todos influenciados pelo Gilberto Freyre, segundo o qual aqui haveria uma democracia... O Gilberto Freyre, na verdade, não fala disso, mas se imaginava que ele havia falado. Bom, aí fizeram essa pesquisa que foi muito boa para nosso treinamento de pesquisa de campo. Eu havia feito antes, também, com o Guerreiro Ramos, uma pesquisa sobre evasão escolar no SENAI. Então eram coisas concretas. O Lévi-Strauss, quando foi professor na USP, também tinha essa mania. Ele pegava os alunos e mandava pegar uma rua em São Paulo, uma axial, avenida São João, e descrever o que acontece ali; um pouco de etnografia. O Florestan se dava bem com o Guerreiro Ramos e então participei da pesquisa no SENAI. Mas o que ele nos ensinou mesmo foi a pesquisa sobre relações raciais. O Florestan escreveu o texto teórico com Bastide e nós andávamos com eles na cidade de São Paulo, nas favelas, nos cortiços. O Bastide era muito bom também, com muita empatia. Ele falava um português inteligível e escrevia muito bem em português. Não sei como ele conseguia, sempre com um charuto, falar com aquele pessoal mais humilde, com pobres, negros, mulheres, crianças.

S. Naves: O Roger Bastide escrevia também para jornais paulistas.

FHC: Escrevia. Ele fez muita crítica literária. O Bastide foi muito importante. Ele nos ensinava também, ele abria um pouco mais nosso espírito. O Bastide não vem da corrente positivista da França, ele não é durkheimiano. O Fernando de Azevedo, que era o chefe da cadeira, era Durkheim puro. E o Antonio Candido era assistente dele, escreveu coisas sobre educação interessantes. O Fernando era um professor mais à antiga, ele me fazia ler *As regras do método sociológico*, de Durkheim, e aquela coisa toda. O Bastide não. O Bastide era protestante de origem, acho que ele era do sul da França. Então, ele tinha outra abertu-

ra e nos passava uma leitura mais variada. Por exemplo, Bergson, que era um filósofo, mas ele fazia a gente ler. Depois, psicanálise, Mannheim, muito de psicologia social americana. Então, ele dava uma espécie de resumo do que estava acontecendo. O Florestan também; ele dominava a antropologia, também a sociologia e um pouco de economia. Então, nessa pesquisa nós aprendemos realmente métodos qualitativos, era muito mais uma análise qualitativa do que quantitativa.

Depois, quando essa pesquisa terminou e eu já havia terminado a Faculdade, eu fui para a Faculdade de Economia, fui dar aula lá de história econômica. Antes de terminar o curso na Filosofia, Florestan me arranhou um emprego na Faculdade de Economia. Lá havia o Instituto de Administração, cujo diretor, Mário Wagner Vieira da Cunha, era o professor titular do que se chamava, na época, ciência da administração. O Mário Wagner era uma pessoa com uma formação muito sólida em ciências humanas, principalmente em antropologia. Ele foi para Berkeley. Por conta das brigas universitárias, ele perdeu o lugar na Faculdade para Egon Schaden. Então ele se deslocou para a Faculdade de Economia. E lá havia um núcleo de gente na Escola de Administração para o qual depois ele chamou o Juarez Brandão Lopes, que também era sociólogo. Meu primeiro chefe foi Maurício Segall, filho do Lasar Segall, que era assistente do Mário Wagner, e me puseram para trabalhar com uma senhora chamada Lucila Hermann, que era uma socióloga de campo e fazia um trabalho sobre classe trabalhadora. Uma historiadora, chamada Alice Canabrava, me ensinou a trabalhar com documentação. Eu fui fazer um curso com ela sobre como se lia textos do século XVII e XVIII. A Alice era a aluna querida do [Fernand] Braudel. Ela fez um trabalho importante sobre o açúcar nas Antilhas, e outro sobre o contrabando no Rio da Prata. Era uma historiadora competente. Bom, eu não havia terminado a Faculdade ainda, devia ter 20 anos ou quase 21, e ela me fez dar um curso de história econômica da Europa, assunto que eu não sabia. Eu havia lido o Weber, *História econômica geral*, havia lido o Sombart, que eles não conheciam. Na época, a Faculdade de Economia era muito ruim. Então eu assisti os cursos de economia, de análise econômica, para poder entender um pouco. O professor chamava-se Dorival Teixeira Vieira.

S. Naves: Como ouvinte?

FHC: Como ouvinte. Os cursos eram fracos. O Dorival não era, não, mas o conjunto da Faculdade era bastante ruinzinho. O Delfim [Neto] era assistente de Estatística.

R. Ismael: Como o senhor avalia — evidente que é um outro grupo — o Francisco Weffort, o Octavio Ianni, principalmente as teses sobre a questão do populismo no Brasil?

FHC: Não é outro grupo, não. O Octavio Ianni foi meu colega de Faculdade.

R. Ismael: Eu falei outro grupo porque não é o grupo do Florestan.

FHC: Não, o Octavio, sim. O Octavio era assistente do Florestan. Octavio interrompeu o curso para trabalhar. Quando voltou foi meu aluno um ano, mas era bem mais velho

do que eu. O Weffort foi meu aluno. Com relação a isso, a diferença é a seguinte... Tem esse aspecto das brigas universitárias... Bom, havia a cadeira do Fernando de Azevedo, que depois foi ocupada por outros, e a outra era a do Bastide. Quando o Bastide foi embora, a cadeira passou ser do Florestan. E havia uma cadeira de Ciência Política, cujo professor, na minha época, era um francês chamado Charles Morazé, e que ficou nas mãos do Lourival Gomes Machado. O Weffort sofria muita influência da cadeira de Ciência Política, e havia disputa entre as cadeiras. Mas o Weffort havia sido meu aluno também e participou um pouco do nosso seminário sobre Marx. A questão do populismo foi mais o Weffort, que se interessava por ciência política. Nós éramos da ideia de fazer da sociologia uma disciplina científica de base empírica, por influência do Florestan.

A. Paiva: Eu queria que o senhor completasse esse pensamento sobre a formação da sociologia com essa forte base empírica, porque eu acho que é muito importante para a geração que está estudando agora.

FHC: Isso é uma oposição ao que naquela época se fazia no Brasil. O Gilberto Freyre, coitado, era a vítima maior das nossas críticas, que englobavam todo mundo. No Rio, havia um grupo importante, que era o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], nos anos 50, que lidava com problemas mais pertinentes à temática nacional. Nós éramos muito acadêmicos. A essa altura do ISEB, nós tínhamos tido influência da leitura do Marx. Isso não foi na faculdade, foi fora da faculdade. Não foi nas aulas, mas nos seminários que nós fizemos. Aí entrou o [José Arthur] Giannotti, o [Octavio] Ianni, a Ruth [Cardoso], o Fernando Novaes, eu, o Bento Prado, o Paulo [Paul] Singer; e, como mais jovens, o Weffort, que nunca leu muito *O capital*, o Roberto Schwarz, que tampouco leu tanto assim... Era muito econômica a nossa leitura nessa época. Mas, de qualquer maneira, influenciou muito nossa trajetória. Isso, para o Florestan, não foi um passo à frente. Ele tinha medo, porque ele achava que nós íamos perder de novo para o ensaísmo. Um dia, ele falou: “Vocês vão acabar igual àquele velho”. O “velho” era o [Georg] Lukács. A briga do Florestan era para a gente evitar fazer especulação. Ele, no fundo, tinha razão. Nós éramos rigorosos na nossa leitura do Marx, mas o que veio depois foi a utilização tremendamente ideológica de Marx. E quando veio a fusão com a Teologia da Libertação, foi um desastre total. O Florestan tinha alguma razão no temor dele. Não era a nossa intenção deixarmos de lado as análises concretas, nem foi o que nós fizemos, mas ele tinha alguma razão. O outro lado, nessa época, na segunda metade dos anos 50, era o ISEB. Nós tínhamos certa admiração pelo ISEB, porque eles discutiam temas importantes, mas eles eram muito ligados ao Ministério da Educação, ao Estado.

A. Paiva: Ao desenvolvimentismo...

FHC: Ao desenvolvimentismo. Então, parecia-nos mais ideologia do que ciência, era essa a discussão, e nós estávamos tentando fazer alguma ciência. Quando fizemos as teses sobre os negros no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, começamos a aplicar mé-

todos quantitativos. Era muito difícil na época, porque nós sabíamos pouco. E quando nós fomos tratar os dados, tínhamos que ir para a Faculdade de Medicina, na parte da administração, porque lá havia máquina IBM. Você perfurava os cartões e passava na separadora. Era tudo muito tosco. E os nossos professores de estatística não sabiam fazer escala de atitude. Na Faculdade de Economia havia um grande estatístico, Stevens era o nome dele. Era inglês. Ele fez todo o planejamento de previsão de safra agrícola de Portugal e depois o de São Paulo. Mas era planejamento de safra, não tinha facilidade de lidar com escalas de atitude. Nós tínhamos lido o [S. A.] Stouffer, mais tarde o [Paul] Lazarsfeld, que utilizavam escalas de atitude. Mas quem mais sabia disso era um outro assistente do Florestan, chamado Renato Jardim Moreira, que se casou com a Maria Silva de Carvalho Franco, que também era assistente do Florestan e minha colega. O Renato sabia mais que nós nessa matéria. Nós éramos bastante toscos com relação a isso. Eu desviei o estudo da parte empírica propriamente para analisar as estruturas, do capitalismo, da escravidão, que é esse livro *Capitalismo e escravidão*. Então nós fundamos em São Paulo um centro de pesquisa chamado CESIT, Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho. O que foi isso? Numa certa altura, os professores da Universidade de São Paulo, o Florestan e o Fernando de Azevedo, trouxeram um professor da França que se chamava Georges Fridmann. Esse Georges Fridmann era professor na França de uma instituição chamada “Lycée des Arts et Métiers”, Liceu de Artes e Ofícios. Ele havia desenvolvido a Sociologia do Trabalho, foi um fundador da Sociologia do Trabalho na França, e veio aqui nos anos 50. Acontece que, nessa época, meu pai era candidato a deputado. Meu pai era general e eu era jovem assistente desligado da política prática. Mas eu tinha automóvel e falava francês. Então, eu peguei o Fridmann de manhã, e andei com ele por São Paulo. Ele não entendia nada. Então, falei com ele: “Esse aqui é o PTB.” Meu pai era do PTB, partido do Getúlio. Mas não era, era o Partido Comunista que operava naquele comitê. Friedmann não entendia essa confusão, impossível para um europeu entender...

A. Paiva: Essa ambiguidade dos partidos.

FHC: Essa ambiguidade dos partidos, essa loucura total. Eu ensinei um pouquinho esse jogo político (os comunistas estavam na ilegalidade, mas operavam dentro do PTB) ao Fridmann. Quando ele foi embora, chamou o Fernando de Azevedo e disse: “Olha, vocês têm que fazer duas coisas: uma, criar um centro, mas o diretor deveria ser ele [se referindo ao Fernando Henrique]”, contrariando a expectativa, porque eu era assistente do Florestan e não do Fernando de Azevedo. Então, já deu confusão. “Segundo: eu vou mandar uma pessoa mais jovem, porque vocês são todos muito jovens”. E ele mandou o Alain Touraine no ano seguinte. O Alain Touraine havia feito aquela pesquisa no Chile sobre Lota e Huachipato¹. Por coincidência, seu assistente foi o Enzo Faletto, que depois trabalhou comigo na CEPAL. E o Touraine teve muita influência sobre nós, porque o Touraine

¹Sindicatos de operários do Chile, nos quais foi realizada uma pesquisa sociológica por uma equipe da qual participaram Alain Touraine e Enzo Faletto.

era mais moço. Foi na época em que o Sartre veio ao Brasil, o que foi para nós uma coisa fantástica. O Sartre veio por acaso. Foi um amigo meu, amigo até hoje, o psicanalista Luiz Meyer, que era diretor do Centro Estudantil da Faculdade Federal de Medicina, que convidou o Sartre e ele aceitou. Ninguém sabia o que fazer com o Sartre. E ele ficou em nossas mãos, e éramos jovens, eu tinha vinte e poucos anos.

A. Paiva: Foi dessa vez que o Sartre perguntou “Onde estão os negros, aqui?”, no auditório da USP?

FHC: Não me lembro disso, não.

A. Paiva: Foi uma história famosa.

FHC: Não me lembro, mas pode ser, pois negro não havia. Mas nós estávamos discutindo a possibilidade de usar o existencialismo com o marxismo, essas coisas todas, a ideia de projeto... Havia uma tremenda briga entre o [José Arthur] Giannotti e o Bento Prado, chamava-se “antropologia fundante”, tudo pedante. Era a explicação da sociologia pelo homem, pela pessoa, pelo indivíduo. O Giannotti era estruturalista e achava que havia uma lógica implícita no processo estrutural do capitalismo, enfim, discussões desse tipo pelas quais nos apaixonávamos teoricamente. Mas o Touraine pegou os trabalhos nossos e disse: “Cuidado, vocês estão analisando o Brasil, São Paulo, a partir da perspectiva de luta de classes, como se aqui fosse a França, a Europa... Cuidado, aqui existem também outros atores, como o Estado (tudo o que o ISEB já tinha visto), existe a nação...”. A mim, pelo menos, influenciou muito o modo do Touraine refazer a nossa visão. O Touraine, ao mesmo tempo, tinha a ambição de criar um sistema *à la* Talcott Parsons. Nunca consegui, eu nunca entendi o sistema teórico que ele estava construindo e duvido que alguém o tenha entendido. Mas, as análises concretas do Touraine são muito boas. Mais tarde ele foi precursor das análises sobre feminismo, sobre movimentos sociais, muito interessantes. O Touraine é um grande amigo meu até hoje. Ele influenciou muito a todos nós, a toda uma geração, e corrigiu aquela visão um pouco abstrata de nossas análises.

R. Ismael: Mas vamos trazer a discussão um pouquinho para a ciência política. Veja, dentro dessa questão de uma crítica ao ISEB, além dessa perspectiva mais ensaística, havia essa defesa do nacional-desenvolvimentismo, que, de uma certa forma, fazia com que o Estado estabelecesse uma certa aliança com a burguesia industrial e deixasse num segundo plano a questão da desigualdade, a questão social. Qual era crítica que a USP fazia nessa época?

FHC: Eu não sei se a USP fazia. Eu fiz, no meu trabalho sobre empresários industriais. Devo dizer que eu parti da hipótese que isso era certo. Era a ideologia gerada pelo Partido Comunista, basicamente, que tinha uma influência enorme, naquela época, no campo das ideias, embora nenhum de nós fosse ligado, àquela altura, ao Partido Comunista. Mas a influência era geral. E qual era a ideia? Era a seguinte: tem que haver uma aliança entre os setores progressistas do empresariado com a intelectualidade e os setores populares contra

o imperialismo e o latifúndio. Essa era a visão, pode ler todos os documentos do Partidão. Quando eu fui fazer a pesquisa sobre os empresários, todos eles estavam se associando com os estrangeiros, ninguém queria fazer a reforma agrária, não existia tal coisa, era pura ideologia. Então, a partir daí, a crítica era essa. O pessoal do ISEB aceitava essa ideologia quase que explicitamente. Não tanto o Celso Furtado, que nunca foi central no grupo do ISEB, mas o Hélio Jaguaribe, o Candido Mendes. Eles não punham em dúvida as consequências. Então, eles pregavam que tinha de haver isso para o Brasil avançar, porque o tema fundamental não era o social, era o econômico.

R. Ismael: Era a industrialização.

FHC: A industrialização. Nós não, por que nós vínhamos do outro lado, nós vínhamos de uma visão crítica de esquerda, querendo o fim da desigualdade, a dissolução das classes, etc. Então, essa era a oposição. Isso foi visto em vários níveis. Se você ler o livro da Maria Sylvia Carvalho Franco, que é um livro bom, você vai ver que ela está fazendo uma crítica: “Olha, vocês não estão vendo tudo, estão vendo somente as grandes categorias, mas havia os homens livres na sociedade escravocrata...”. O Ianni vai pegar o Estado e vai estudar o populismo depois, influenciado pelo Weyffort. Havia também a Maria Alice Mencarini, que estudava mais a questão dos jovens. Essas eram nossas questões e tensões. Não sabíamos como nos situar realmente naquele mundo dos anos 50 e 60. E a sociedade, nesses anos, com Juscelino, depois Jânio e Jango, mudou muito. O Juscelino na USP era pessimamente visto, porque promovia a ligação com o capital estrangeiro. Juscelino não era uma figura popular. Eu tinha um problema realmente complicado, porque meu pai era do partido de Juscelino, era do PTB. A USP era contra o Getúlio e minha família era muito getulista por questões de tradição, e eu tinha primos, tios, que eram ministros, etc. Lá na USP ninguém sabia nem quem eu era. As ligações de família nunca apareceram, até porque não seria bem visto, pois eu deveria ter ligações puras com a academia. Mas o Brasil mudou, São Paulo estava cheio de greves, operários, e aquilo invadiu a universidade. Não foi só a universidade que foi buscar os novos temas, eles entraram em nossas vidas.

A. Paiva: A sociedade ficou mais complexa.

FHC: Mais complexa, pois houve urbanização, esses processos todos. E a ideia de que havia um confronto de classes, naquela época, era visível. Havia greve o tempo todo, havia repressão, havia o choque entre o capital nacional e o capital estrangeiro, havia luta no campo, com o Julião. Então isso tudo tinha que ser problematizado de alguma maneira e foi sendo pouco a pouco. Então, foi muito mais por circunstâncias que se jogaram sobre nós do que pela evolução normal de um pensamento acadêmico, porque o pensamento acadêmico não leva nunca a essas coisas da vida...

S. Naves: Eu tenho uma pergunta como antropóloga. O senhor era casado com uma antropóloga e em um determinado momento de muita transformação, nos anos 50, passou a

existir uma querela, a partir do Costa Pinto principalmente, entre sociólogos e antropólogos. Os sociólogos, com um viés desenvolvimentista, a partir de uma perspectiva integradora, acusavam os antropólogos de fazerem estudos de comunidades muito localizados. Foi uma discussão muito complexa, que durou mais de uma década. Como o senhor se posicionava na época?

FHC: No caso nosso, em São Paulo, era um pouquinho mais complicado, porque o Emilio Willems e o Florestan eram muito influenciados pela visão antropológica, pelo estudo de comunidades, como *Os parceiros do Rio Bonito*, do Antonio Candido. *Os Tupinambá*, do Florestan, também é pura antropologia, sobretudo o “A organização social dos Tupinambá”. E o Emilio Willems fazia estudos de comunidades. Estava muito na moda a leitura de estudos de comunidade feitos pelos americanos. Então nós não sentimos uma oposição tão grande assim. É claro que, com o tempo, à medida que eu e minha geração fomos ficando mais distanciados da antropologia e focando mais as questões de grandes transformações estruturais, começou a haver uma mudança de foco. Eu brincava muito com isso. O Darcy [Ribeiro] era muito amigo nosso, era amigo dos meus pais, na verdade. E o meu cunhado, Roberto Cardoso de Oliveira, era assistente do Darcy no Museu do Índio. O Darcy sempre foi muito ligado a nós pessoalmente. Bom, então eu brincava muito com o Darcy e com a Ruth que bastava estudar um bairro de São Paulo para estudar mais gente do que todos os índios do Brasil. Era só brincadeira, porque, na verdade, nós sempre valorizamos bastante — eu e os outros, não sei tanto se o Ianni, que era mais estrutural, mas certamente o Florestan, o Antonio Candido, e outros mais — a abordagem antropológica.

S. Naves: Tenho a impressão de que essa querela foi mais forte no Rio foi do que em São Paulo.

FHC: No Rio foi mais forte, por duas razões: primeiro, por causa do Costa Pinto e essa querela que você mencionou. E também porque aqui existia o curso de Antropologia no Museu Nacional, e a ambição de construir a antropologia como ciência. Em São Paulo nós queríamos construir a sociologia como ciência.

Nos anos 60 eu já havia escrito *Capitalismo e escravidão*, que publiquei em 1960. Eu havia escrito sobre os empresários em 1962. E aos 32, 33 anos, eu estava me preparando para escrever a tese de cátedra para substituir o Fernando de Azevedo. Aí veio o Golpe e nós fomos para o Chile. Eu saí do Brasil pensando que eu ia ficar fora dois, três meses. Levei a tese que eu estava escrevendo e fui para a Argentina. Na Argentina eu era amigo do Torcuato Di Tella, um sociólogo argentino, do Gino Germani, e do [Jorge] Graciarena. Eram os grandes sociólogos argentinos que eu conheci no Centro do Costa Pinto, aqui no Rio, em 1958, e fiquei amigo deles. Quando eu daqui fui para a Argentina, fui para a casa de um amigo meu chamado José Num, que mais tarde foi ministro, ministro do Kirchner. Ele tinha sido meu colega na França e fiquei na casa dele em Buenos Aires pensando que ia voltar logo ao Brasil. Nesse meio tempo, o filho do Fidelino de Figueiredo, que era diretor

da CEPAL (ele era estatístico e foi assistente do [Michael] Stevens na Economia nos anos 50), me trouxe um convite do [José] Medina Echevarría, um sociólogo espanhol, funcionário da CEPAL que havia trabalhado um pouco na FLACSO e havia estado em São Paulo, onde o conheci. Como eu havia escrito sobre empresários e Medina era weberiano e gostou do meu livro, ele me pediu para eu escrever um trabalho sobre o mesmo tema para uma reunião da CEPAL em Punta del Este, e eu escrevi. Então, quando ele soube que eu estava em Buenos Aires, ele mandou me convidar para ir para o Chile. Aceitei e, em vez de ficar na Argentina, entrei na CEPAL. Mas sempre com a ilusão de que ia voltar logo. A ida para a CEPAL foi muito boa para mim. Há males que vêm para o bem.

Não havia razão objetiva para eu ser posto para fora do Brasil, a não ser a briga interna da universidade. A briga era muito grande e nós pertencíamos ao grupo modernizador, que valorizava a pesquisa, lutávamos por uma carreira de docente, etc. E eu era membro do Conselho Universitário, já era livre-docente, representava os livre-docentes e brigava muito na Universidade. E o Gama e Silva, que depois virou ministro da Justiça, estava lá também. Eles me conheciam, sabiam das minhas posições e me achavam um perigoso esquerdista, comunista, e eu não era nada disso àquela altura. Minha ligação com o Partido Comunista havia sido muito antes. Quando houve a invasão da Hungria, em 1956, eu me manifestei por escrito contra. Não tinha nada mais a ver com o Partidão, mas na cúpula da USP eles achavam que sim. Então, me puseram para fora. Eu fui denunciado por professores da própria Universidade. Um deles, pelo menos, é muito famoso, um esquerdista hoje, um petista roxo. Mas, na época, não era bem assim. Enfim, eu fui parar no Chile, o Celso Furtado também foi para o Chile, nós moramos juntos na mesma casa, junto com o Weffort. Participamos de um seminário com o Raúl Prebisch, que era o chefão. E outros: o Aníbal Pinto, que era economista, o Osvaldo Sunkel, o [Enzo] Faletto, o Weffort, e outros mais. Participamos de um seminário que foi muito importante para mim, foi um balanço sobre o mundo que estava mudando, sobre os golpes militaress que estavam acontecendo para todo o lado, sobre os rumos da CEPAL, as teorias da CEPAL... Então, isso deu origem a outro livro que se chama *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que eu escrevi em colaboração com o Enzo Faletto, em 66/67. A edição original eu escrevi em espanhol e a primeira edição foi em espanhol. Só pudemos publicar o livro depois que eu saí da CEPAL, porque a CEPAL achava que o livro se referia a países, a pessoas, e eles não podiam publicar por conta da burocracia. Mas a CEPAL foi muito importante para mim, imagino que para alguns outros também, para o Weffort certamente foi, porque nós encontramos uma variedade de opiniões sobre a América Latina, descobrimos a América Latina de alguma maneira e descobrimos que nós tínhamos algo a ver com a América Latina.

R. Ismael: E o senhor passou a produzir ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Quer dizer, nessa época havia esse paradigma.

FHC: Certamente, o debate era esse. Eu escrevi um ensaio chamado “A originalidade da

cópia”, em que discuto as ideias do Prebisch, da CEPAL. E o alvo da minha crítica na CEPAL — eu, o Faletto e outros — era a ideia de centro e periferia. Eu achava que ela traduz uma relação indeterminada. E dizia: “Que periferia? Como se relacionam centro e periferia? Teríamos que analisar os processos sociais. A estrutura não começa do nada, são processos políticos, sociais. Então, não existe uma mesma periferia, homogênea. O Brasil não é igual à Nicarágua, o Peru não é igual a não sei o quê. Temos que distinguir formas diferentes de vinculação com o centro. Então, a análise de vocês ‘cepalinos’ é economicista e abstrata. Devemos dar ‘carne’ a ela, mostrando os movimentos políticos e sociais.”

R. Ismael: O senhor fala que há uma articulação entre a elite do centro e a elite da periferia e que, portanto, não há nenhuma oposição à própria modernização econômica.

FHC: Exatamente. Quando nós estudamos a dependência, nós não sabíamos do que se tratava, porque ninguém sabia. Note-se que esse livro foi de 66/67, não havia nem o conceito de empresa multinacional, que foi criado em 1971 pelo [Raymond] Vernon; ainda se falava em trustes e cartéis. Nós não tínhamos a palavra para expressar o que estava acontecendo. E eu utilizei uma qualificação que era incompleta: “internacionalização do mercado interno”. Não era; era o começo do que depois veio a ser a globalização. Não era ainda globalização, porque a globalização específica é posterior aos anos 70, com os meios eletrônicos de comunicação, que permitem a expansão do capital financeiro e permitem dispersar a produção pelo mundo todo, e também com o fim da Guerra Fria, que torna o processo mais complicado. Mas tinha algo a ver com o começo de um fato que, na época, era novo, que era a industrialização da periferia. O Brasil já produzia automóvel, navio. Aí comprei uma briga grande com o Celso [Furtado], com o Hélio Jaguaribe, com a Conceição [Maria da Conceição de Almeida Tavares], porque eles diziam, depois do golpe de 1964, que ia haver estagnação econômica. Acho que foi o Hélio que escreveu, ou foi o Celso, que ia haver uma pasteurização, que os militares aqui, ligados ao imperialismo, iriam recuar, iriam para o campo, para a agricultura, destruindo a indústria. A Conceição falava em estagnação. Bom, eu disse: “Vocês nunca leram Marx”. A Conceição leu, mas os outros não. “Não é nada disso, está havendo uma crise. No caso aqui não há nem crise, mas apenas o surgimento de uma outra situação, e isto é um ciclo, que não impede o avanço a longo prazo. Não é necessário imaginar, porque se está na periferia, que não vai haver industrialização.” E qual era a tese que seguia a do estancamento? A de que só com o socialismo haveria mudanças mais profundas. Então, muita gente, como o Andreas Gunder Frank, o Ruy Mauro Marini, foram para essa linha: o capitalismo dependente não leva ao pleno desenvolvimento, ele vai estagnar. Eu me opunha a isso. Eu disse: “Olha aqui, a gente pode não gostar do capitalismo e querer o socialismo, mas o capitalismo vai desenvolver as forças produtivas”. Eu havia lido muito Marx, então eu não fazia análise de tipo catastrofista. O capitalismo tem uma força expansiva imensa.

Bom, a briga intelectual era essa. Nessa época vem dos antropólogos a ideia de marginalidade, que achavam que era uma especificidade da situação de dependência. Eu digo: “Não

há teoria da dependência, o que há é teoria do capital. Não tem teoria da dependência, porque dependente não gera teoria, já que ele é subordinado.” Eles diziam que não, que havia uma teoria específica segundo a qual ocorreria a marginalização de amplos setores da população na periferia, e que a potencialidade dinâmica dessas camadas, incorporada a algumas classes, iria dar na revolução de [Frantz] Fanon, *Les damnés de la terre*. E eu nunca partilhei dessa visão. Um outro autor que me influenciou muito foi o Albert Hirschman, que andou pelo Chile na época e leu um trabalho meu sobre a estrutura do emprego. Ele me enviou uma carta dizendo que nós tínhamos cabeças parecidas.

A. Paiva: *As paixões e os interesses, não é?*

FHC: Exatamente. Então, nessa época eu estava fora do Brasil e pensava em outras coisas sobre o mundo. Fui para a França de novo, vi o que estava acontecendo lá na França, em Nanterre...

S. Naves: O maio de 68.

FHC: O maio de 68 mostrou-me como mudam as sociedades complexas. Para a minha geração, mudança é ruptura, luta de classes, revolução, mudança de estrutura. Pode ser que sim, mas não é sempre. Há mudanças que não decorrem de rupturas drásticas, decorrem, para usar uma linguagem antiga, da acumulação de disfunções. Num dado momento um fio desencapado produz um contágio, como agora houve contágio em várias partes do mundo islâmico, e provoca mudanças também. Deve-se ter uma visão mais ampla dos processos de mudança. O Chile, para mim, foi muito importante, porque me liberou muito da visão mais limitada que nós tínhamos em São Paulo. Não gosto de usar a palavra “provinciana”, porque é forte, e não havia nada de provinciano, nós líamos muito o que vinha de fora, mas o pulsar do mundo não passava por São Paulo. Na CEPAL passava, com o Prebisch passava, com o Celso Furtado também, porque o Celso foi um cara fora de série. Posso criticá-lo pontualmente, mas ele era fora de série e tinha uma visão boa. Isso mudou muito a minha visão das coisas. Depois, quando eu voltei ao Brasil nos anos 70, o tema já era outro: democracia.

S. Naves: Com relação à democracia, eu citaria o seu livro *Autoritarismo e a democratização*. Eu era aluna de Sociologia na Universidade de Brasília nos anos 70 e lembro que fiz um trabalho para uma disciplina da Barbara Freitag em que usei esse livro, comparando-o com o de Nicos Poulantzas, por ambos usarem o conceito de “autonomia relativa do Estado”. Então o senhor utilizou categorias muito inovadoras para pensar o Brasil à época, atualizando a perspectiva marxista no sentido de questionar a prevalência do econômico e enfatizando a autonomia relativa do Estado frente às classes hegemônicas. Assim, o Estado brasileiro passa a ser visto como algo além de um mero joguete das forças capitalistas, ou seja, o Estado não seria o comitê executivo da classe dominante, como afirmariam os marxistas ortodoxos. Nesse livro, o senhor chama a atenção para a dinâmica própria da

sociedade brasileira, inserida no contexto da América Latina, com suas condições políticas, econômicas e culturais muito diferentes das apresentadas pelos países desenvolvidos. FHC: Aí está o [Alain] Touraine por trás, não é?

A. Paiva: O Touraine e o Weber.

FHC: E Weber.

S Naves: O senhor também faz uma crítica ao nosso liberalismo, na medida em que assumir uma atitude liberal no Brasil passa a ser visto como de esquerda.

FHC: Foi uma brincadeira com “as ideias fora do lugar”, do Roberto Schwarz. É difícil ter uma prática liberal aqui. Os nossos liberais apoiaram a escravidão, o que foi uma coisa patética. Eu dizia que “as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá”. São aves, gorjeiam, mas é diferente. No fundo a ideia é a dialética, você sempre tem que fazer a relação: do geral para o particular, e vice-versa, formando um todo concreto. Então, é preciso reconstruir a vinculação do geral para o particular, ver o que é liberalismo lá, e o que é liberalismo aqui, como isso produz o quê. É isso, no fundo. Com o Estado, a mesma coisa.

Eu fui amigo do Nicos Poulantzas. Ele se matou. O Poulantzas teve uma discussão comigo, em Mérida, no Yucatán, sobre classe social, Estado, etc. Depois ele publicou o trabalho que apresentou em Mérida e eu, o meu. Só que ele mudou o dele, e resultou numa conversa de surdos, porque o que eu criticava não estava mais no texto publicado pelo Poulantzas. Ele era muito inteligente. O [Manuel] Castells também me influenciou muito. O Castells era um jovem quando eu fui professor na França, em Nanterre. E o Castells era muito amigo do Poulantzas. Bom, aí nós já estávamos passando para uma concepção muito mais complexa de Estado, como as classes se relacionam, como se dá o jogo dos movimentos sociais. E o Castells mostra nos livros dele a grande transformação, digamos, do modo de produzir do mundo contemporâneo, que são as redes, não só de produzir, mas de conviver. O Castells foi muito atilado, ele realmente pensou a ideia de redes muito antes do que os demais.

A. Paiva: O dinamismo da sociedade civil, não é?

FHC: Bom, nós víamos a importância da sociedade civil desde a época do autoritarismo. Usávamos a noção de sociedade civil, víamos a necessidade de defender a organização da sociedade, o que não é propriamente uma abordagem liberal. Pelo menos, não no liberalismo brasileiro, que não queria saber de sociedade nenhuma, só queria saber de ideias liberais, mas não se importava com a autonomia da sociedade, mesmo relativa frente ao Estado. O Castells pega tudo isso e explica como acontece e leva adiante a análise. Castells é um gênio, eu não sei como ele consegue deglutir tanta coisa ao mesmo tempo. Ele tem uma análise sobre a Rússia que é extraordinária. Nós fomos juntos para a Rússia fazer um relatório lá, eu, ele, o Touraine, o [Martin] Carnoy e o [Stephen] Cohen, que é um economista americano. Eu nunca mais li esses relatórios. Era na época da transição russa.

Depois, Castells se casou com uma russa. Ele tem trabalhos muito interessantes sobre o que causou o fim do regime soviético. Ele lida com essa ideia de rede, com as novas tecnologias... Enfim, a partir dessa época, portanto, as coisas que escrevi mudam o acento, passam a ser sobre o movimento social, sobre o que fazer com o Estado, sobre a democracia.

R. Ismael: O senhor concorda com a ideia do enfraquecimento dos partidos políticos, do Estado, ou seja, desses instituições políticas tradicionais?

FHC: Eu acho que estão enfraquecendo. Mas, o que eu não sei, até hoje eu não sei, é o seguinte: hoje existe uma sociedade muito mais conectada, existem redes. Essa conexão muitas vezes leva à ação. Eu vi em Nanterre. Nanterre, na verdade, não era bem por aí. Mas estamos vendo agora na Tunísia, no Egito. Mas daí vai acontecer o quê? Como você institucionaliza de alguma maneira outra vez? Isso é complicado. Não está claro. Eu estive essa semana em uma reunião em São Paulo do PSDB. Eu não participo ativamente da política partidária, o pessoal vê no jornal e pensa que eu estou muito ativo, mas não estou, estou completamente afastado do cotidiano da política. Mas como na política sempre tem que ter um personagem, a toda hora eu apareço no jornal, parece que estou “mexendo os pauzinhos”. Mentira, eu não estou “mexendo pauzinho” nenhum.

S. Naves: O senhor tem falado coisas bem interessantes sobre a necessidade de repensar a política adotada com relação às drogas. Considero isso importantíssimo.

FHC: Isso sim, isso eu escrevo, mas o dia a dia da coisa partidária não. Agora eu fui para um encontro que era o início do debate para a seleção dos candidatos a Prefeito de SP. Eu fui pelo seguinte: eles fizeram uma plataforma aberta para haver debate e levaram os candidatos a prefeito. Eu disse: “Vocês têm que ver agora como fazer. Vocês abrem tudo isso para a população opinar, mas como vai se dar a junção entre esse movimento que se propaga em rede e a institucionalidade? Não está claro o que vai acontecer. E há riscos, porque a gente não está vivendo no mundo islâmico. Faremos como os muçulmanos? Não está muito claro ainda como se faz esse engate.” Aqui no Rio há uma coisa que eu achei muito interessante: chama-se “Meu Rio”. É uma plataforma criada por gente muito jovem que foi me procurar, meninos recém-formados. Eles pegaram o Maracanã e estão pedindo para as pessoas acompanharem o que está acontecendo no Maracanã, sem preconceito, do ponto de vista arquitetônico, do ponto de vista do transporte, do ponto de vista do gasto, da corrupção, para ver se é possível criar através das redes alguma coisa que desemboque no plano institucional, que tenha efeito no plano institucional. Eu acho que essa é uma dúvida grande sobre o que vai acontecer. Veja o que aconteceu nos Estados Unidos. Eu estava lá à época da seleção do Obama nas primárias. Eu era Hillary, na verdade. Eu havia visto o Obama uma só vez. Eu não consigo sentir o Obama como um líder; é um grande orador, que não é a mesma coisa. Ele ganhou porque mobilizou muito, “Yes we can”. Mas, depois, quando chega ao poder, há o Congresso, os partidos, enfim, as instituições, e as pressões continuam.

A. Paiva: E ele referendou algumas coisas do Bush, a isenção dos ricos...

FHC: É, as coisas continuam. Então, o “fim dos partidos”, da pressão dos ricos, é complicado, não é bem assim.

R. Ismael: O senhor afirmou no livro *O presidente segundo o sociólogo*, do Roberto Pompeu de Toledo, que há duas demandas no Brasil, uma por inclusão e outra por igualdade, mas que, na verdade, o que dá para fazer, ou pelo menos, o que é possível avançar mais rápido é a demanda por inclusão. Por que isso?

FHC: Porque a igualdade é muito mais difícil de se obter dentro das chamadas estruturas. A inclusão é uma extensão do que já está dado, a igualdade é uma mudança do que já está dado. É muito mais fácil você estender o que existe do que mudar estruturas e valores. Nós estamos tendo inclusão, é inegável. Estão até usando a expressão “a nova classe média”. Sociologicamente não se trata de novas “classes” ainda, mas de novas categorias de renda. Classe não é renda apenas, é cultura, é teia de associações. Vai virar classe, eventualmente. Mas foi mais fácil distribuir um pouco a renda do que será constituir novas classes sociais e obter maior igualdade entre elas.

A. Paiva: Tem que mexer nas estruturas ainda.

FHC: Ah, tem. Falta muito ainda.

R. Ismael: A inclusão se dá através da transferência de renda, de expansão do crédito...

FHC: Expansão do crédito, escola, acesso à saúde... Tudo isso está acontecendo no Brasil. O Brasil mudou muito para melhor nesse sentido. Agora, é muito mais difícil mexer na desigualdade. O índice de Gini mede só os frutos de renda, não mede a riqueza. O Gini melhorou no Brasil. Em 1994/95 era, digamos, 0,60. Depois, 58, 56, 54. É pouquinho o avanço, muito pouquinho.

R. Ismael: Quer dizer, entre as nações mais desenvolvidas está em 0,25/0,40.

FHC: Longe disso, nós continuamos sendo uma sociedade muito desigual. Eventualmente me perguntam se direita e esquerda não existem mais. E digo que não se trata disso, que tem que haver políticas progressistas. Mas o que é esquerda hoje? Políticas de justiça e igualdade. O que não vige hoje é a ideia da apropriação coletiva dos meios de produção, que era no que a esquerda da minha época mais falava. Hoje, no limite, você vai ter que dizer: “Olha, cuidado, porque se houver uma apropriação individual dos meios de produção na proporção gigantesca em que está ocorrendo fica difícil diminuir a desigualdade”. É preciso ver de que maneira se poderá criar economias mais mistas, sem tanta apropriação individual. Mas é muito mais difícil você ter uma sociedade igualitária do que uma sociedade inclusiva. Nos Estados Unidos está aumentando a desigualdade. O Brasil é um dos raros países em que a desigualdade diminuiu. O Chile não diminuiu a desigualdade.

O Chile incluiu bastante, melhorou muito, mas não diminuiu a desigualdade. E isso, no nosso caso, numa economia capitalista, passa pela educação, pela qualidade da educação. Mas não é só a educação, porque a propriedade pesa. Você pode ver o processo da reforma agrária, em que eu fui muito criticado, mas eu fui sempre favorável e houve reforma agrária. Eu sei que não dá resultado econômico. O custo é muito elevado para os resultados, mas a reforma agrária mexe um pouco na estrutura de propriedade. Com relação às favelas, nós fizemos uma lei há muito tempo, o Estatuto da Cidade, que permite a concessão de títulos de propriedade nas favelas, ou “comunidades”, como se diz agora. Os prefeitos não a executam, porque falta força para implementar.

A. Paiva: Falta vontade política.

FHC: Vontade política. Tem que ter alguma coisa para mexer na propriedade também. Não basta alterar só os frutos da renda.

A. Paiva: O senhor hoje, se fosse presidente, faria uma taxaçoão diferenciada para os mais ricos?

FHC: Ah, sim. A taxaçoão já é diferenciada. O problema é que a nossa taxaçoão é altamente regressiva. Todas as emendas que eu mandei ao Congresso, visando melhorar o sistema impositivo, pioraram, todas pioraram. Não tem jeito, porque quando a emenda chega ao Congresso a briga é muito grande. Os interesses são organizados. E não é só interesse de proprietários e não proprietários, são estados, municípios, a União. Então você acaba tendo um sistema impositivo distorcido, em que o imposto indireto pesa muito mais do que o imposto direto.

A. Paiva: O pobre paga muito mais.

FHC: Sem comparação. Eu fiz uma lei, quando era senador ainda, para regulamentar um preceito da Constituição que cobra imposto dos ricos, imposto da propriedade. Nunca passou, nem vai passar. Esse imposto tem significado financeiro pequeno. É uma crueldade, digamos, porque se você aumentar 1% dos pobres dá um resultado enorme, muito maior do que aumentar 10% dos ricos, porque os ricos são poucos. A massa de recursos é grande. Então esse imposto à riqueza, para poder ter significado, deveria ser mais elevado. Mas se ele for mais elevado a Constituição não permite, porque não é mais imposto, é expropriação. Você refaz a renda. Com a propriedade você não refaz, você tira um pedacinho. É complicado. A França fez uma lei desse tipo, depois recuou. Os economistas, em geral, são contrários a esse tipo de imposto. Por quê? Porque a propriedade é o cerne da economia capitalista, que é prevalecente, não há outra no horizonte histórico.

S. Naves: Faço agora a última pergunta a propósito dos novos atores políticos, das novas agendas políticas. Lembrei-me agora da entrevista que fizemos com o Otávio Velho, em que ele disse que alguns índios que ele conheceu recentemente em suas viagens pelo

Brasil se apropriaram do conceito de cultura dos antropólogos, adquirindo o vocabulário dos antropólogos. Então eu lhe pergunto o seguinte: o senhor acha que seria necessário a atualização do conceito de representação política nesse novo momento?

FHC: Eu acho que sim. Do jeito que a nossa representação é, ela não representa nada. No meio disso aí você tem um sistema eleitoral que distorce tudo.

R. Ismael: O senhor é a favor do voto distrital?

FHC: Eu sou a favor do voto distrital. A grande oposição ao voto distrital no passado, e eu também fazia essa oposição, é o argumento de que ele pode reforçar os grupos dominantes, que são as oligarquias. Só que o Brasil se urbanizou e mudou completamente. Se houvesse voto distrital, a cidade de São Paulo teria 17 deputados federais, São Paulo tem 70. Sabe quantos deputados tem a cidade de São Paulo, deputados eleitos pela cidade de São Paulo? Dois ou três. São Paulo tem bairros imensos sem representação, bairros operários, bairros pobres. O deputado, para se eleger, pega a massa de votos dele no interior.

R. Ismael: Mas o senhor não acha que o voto distrital iria reduzir o número de partidos?

FHC: Acho que seria bom reduzir. Às vezes, não são partidos, são legendas de oligarcas. Hoje nós temos uma situação muito complicada, porque a corrupção, que sempre existiu e provavelmente sempre existirá, mudou de qualidade: hoje ela é condição de governabilidade. Eu não estou me referindo ao clientelismo. Basta ler o Weber, segundo o qual o grupo que ganha tem que dividir o butim com seus aliados, é normal. Qual é o butim? O butim do passado era “eu te dou tal ministério, e sei que você vai nomear algumas pessoas e tal”; é clientelismo. Agora, não é isso, não, é a busca pelos partidos de lugares onde haja contratos para fazer negócio, para tirar dinheiro, ou, então, ONGs para tirar dinheiro. Outra coisa mudou: a qualidade piorou. Havia um sistema clientelístico tradicional, não se dava um ministério de porteira fechada para o sujeito fazer o que quisesse. E hoje, se não der assim, ele não vota no governo.

A. Paiva: Usando formas modernas, usando ONGs, que é uma fórmula moderna da sociedade.

FHC: É uma mudança ontológica, mudou a qualidade. Ou melhor, é o papel da corrupção com relação ao poder que passou a ser fundamental. A presidente Dilma, que é amiga do ministro dos Esportes, deve estar lá sofrendo, porque ela não sabe o que vai fazer com ele. Se ela o tira dos Esportes, o PC do B rompe com ela. E o presidente Lula, que é mais afeito a essas malandragens, já disse que “é melhor você aguentar aí”. Como mudar isso? É complicado, eu não sei. Nos Estados Unidos, houve momentos assim, como o Tammany Hall do Partido Democrata.

A. Paiva: Na própria década de 20 do século XX teve uma depuração.

FHC: Aqui também isso terá que acontecer. Mas nesse momento mudou a qualidade da

coisa. Isso é muito complicado. Então, isso tem a ver com a representação também. E pode piorar, porque se vier um sistema de lista fechada, vai ter caciquismo em partidos e pronto. As pessoas não se sentem representadas porque não são mesmo.

A. Paiva: O senhor se sente otimista ou pessimista?

FHC: Não, eu sou otimista. Eu me sinto otimista. Eu costumo dizer que, infelizmente, eu tenho 80 anos. Felizmente, eu nasci no Rio, que não é mau. Mas, há 80 anos, o que é ruim. Mas o que era o Brasil quando eu nasci e o que é hoje? Eu digo sempre a mesma história: naquele tempo só havia uma estrada pavimentada, a do Rio a Juiz de Fora, mais nada. Meu pai foi para São Paulo em 1940 quando já havia duas estradas, a anterior e a São Paulo-Santos, e mais nada.

R. Ismael: No eixo democrático e no eixo do desenvolvimento, o Brasil avançou?

FHC: Avançou.

R. Ismael: Mas avançou agora, nesse período mais recente?

FHC: Vem avançando, na verdade não é bem assim. O Brasil foi o país que mais cresceu do século XIX até 1980, só o Japão cresceu mais que o Brasil. Se você olhar na história, vem avançando. Mais recentemente acelerou, mas vem avançando há muito tempo. Tem momentos em que para, dá para trás um pouco, às vezes nas instituições, às vezes na economia. O avanço social é que foi mais pronunciado nos últimos tempos. Quando o pessoal fala que no tempo do Getúlio o salário mínimo era melhor, é um engodo, pois o salário mínimo era para uma categoria profissional.

A. Paiva: Era para um grupinho desse “tamanhozinho”, da cidade.

R. Ismael: O trabalhador do campo estava de fora, a empregada doméstica estava de fora.

FHC: A sociedade se dinamizou, mas foi depois. E melhorou, não tenha dúvidas.